



DIEFRA - NPT=100,00 pontos. LOTE 02: CTE -NPT=100,00 pontos; GEOSERV - NPT=100,00 pontos; BECK DE SOUZA - NPT=100,00 pontos; L.A FALCÃO BAUER - NPT=100,00 pontos; PENTÁGONO - NPT=100,00 pontos; ASTEC - NPT=100,00 pontos e DIREÇÃO - NPT=100,00 pontos. Cópia do Relatório disponível no endereço eletrônico: www.dnit.gov.br e na sede da SR/TO.

ESTELA MARIS P. DE S. ARAÚJO
Presidente da Comissão

(SIDE - 23/03/2011) 393023-39252-2011NE800017

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 024/09, firmado entre VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e STRATA ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, e alterar o seu valor original. Valor do Aditivo: R\$ 3.912.918,88 (três milhões, novecentos e doze mil, novecentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos). Nota de Empenho: 2010NE001502. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso I e artigo 58, inciso I, da Lei nº 8.666 de 21/06/93. Data de Assinatura: 15/03/2011. Processo nº: 490/09.

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo CNMP nº 0.00.002.000340/2010-09. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. Contratada: LR Luna Festas LTDA, CNPJ: 08.901.767/0001-01. Objeto: prestação de serviços de fornecimento de lanches e congêneres com vistas a atender aos eventos do Conselho Nacional do Ministério Público vinculados à atividade fim, no âmbito do Distrito Federal. Espécie: Termo de Contrato nº 003/2011. Modalidade: pregão eletrônico nº 02/2011. Valor global estimado: R\$ 34.630,00. Vigência: 12 (doze) meses a partir do início da execução dos serviços. Data de Assinatura: 18/02/2011. Nota de Empenho: 2011NE00078, de 16/02/2011.

Processo CNMP nº 0.00.002.000338/2010-21. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. Contratada: PRO-MASTER SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 11.709.216/0001-47. Objeto: prestação de serviços de copeiragem, a ser realizado por garçons e copeiras para realização das atividades nas instalações do Conselho Nacional do Ministério Público. Espécie: Termo de Contrato nº 006/2011. Modalidade: pregão eletrônico nº 03/2011. Valor global estimado: R\$ 269.248,00. Vigência: 12 (doze) meses a partir do início da execução dos serviços. Data de Assinatura: 16/03/2011. Nota de Empenho: 2011NE000077, de 16/02/2011.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2011

O Pregoeiro do Conselho Nacional do Ministério Público, torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do Pregão acima referenciado foi assim adjudicado pelo critério de menor preço à empresa: MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA (CNPJ nº 05.926.726/0001-73). Informe ainda que o procedimento acima encontra-se franqueado aos interessados. (Proc nº 0.00.002.000322/2010-19).

LUIZ FERNANDO PELEGRINELLI

PLENÁRIO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

Procedimento de Controle Administrativo
Processo CNMP nº 0.00.000.000328/2011-97

A Conselheira MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, no uso de suas atribuições, previstas no artigo 46, inciso I, c/o o artigo 110, parágrafo único, do Regimento Interno do CNMP, N O T I F I C A os eventuais interessados de que, perante o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, tramita o Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000328/2011-97, que tem por objeto apurar procedimento administrativo adotado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão referente a concessão de férias e diárias a Membro do Parquet, ficando facultado aos eventuais interessados e beneficiários que intervenham no feito e nele se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Edital.

Brasília, 21 de março de 2011.
MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

Procedimento de Controle Administrativo
Processo CNMP nº 0.00.000.000390/2011-89

O Conselheiro CLÁUDIO BARROS SILVA, no uso de suas atribuições previstas no artigo 110, parágrafo único, do Regimento Interno do CNMP, notifica os eventuais interessados de que, perante o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, tramita o Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000390/2011-89, que tem por objeto apurar a inobservância pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe acerca da recomposição dos quintos sucessivos nos julgamentos nos processos de remoção por merecimento, ficando facultado aos eventuais interessados e beneficiários intervir no feito e nele se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Edital.

Brasília, 22 de março de 2011.
CLÁUDIO BARROS SILVA

Procedimento de Controle Administrativo
Processo CNMP nº 0.00.000.000374/2011-96

O Conselheiro ADILSON GURGEL DE CASTRO, no uso de suas atribuições previstas no artigo 46, inciso I, c/c o artigo 110, parágrafo único, do Regimento Interno do CNMP, notifica os eventuais interessados de que, perante o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, tramita o Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000374/2011-96, que tem por objeto apurar a regularidade do pagamento de 05 (cinco) cargos de Oficial de Apoio Administrativo, além dos 15 (quinze) previstos no Plano de Carreira, Cargos e Salários desse Ministério Público, ficando facultado aos eventuais interessados e beneficiários intervir no feito e nele se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Edital.

Brasília, 22 de março de 2011.
ADILSON GURGEL DE CASTRO

RETIFICAÇÕES

No Edital de Notificação referente ao PROCESSO CNMP nº 0.00.000.000206/2011-09, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 21/02/2011, pág. 122, onde se lê: "a contar da publicação deste edital." Leia-se: "contados a partir de 17/05/2011, data em que se encerrará o prazo definido pela referida Resolução."

No Edital de Notificação referente ao PROCESSO CNMP nº 0.00.000.000216/2011-36, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 21/02/2011, pág. 123, onde se lê: "a contar da publicação deste edital." Leia-se: "contados a partir de 17/05/2011, data em que se encerrará o prazo definido pela referida Resolução."

No Edital de Notificação referente ao PROCESSO CNMP nº 0.00.000.000229/2011-13, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 21/02/2011, pág. 123, onde se lê: "a contar da publicação deste edital." Leia-se: "contados a partir de 17/05/2011, data em que se encerrará o prazo definido pela referida Resolução."

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 63/2009. Contratantes: Ministério Público Federal e JME Serviços Integrados e Equipamentos Ltda. Objeto: prorrogação da vigência contratual por mais 3 meses. Vigência: 14/03/2011 a 13/06/2011. Data de Assinatura: 11/03/2011. Valor Global Estimado do Contrato: R\$ 277.017,26. Valor Total Estimado do Termo: R\$ 47.787,21. Nota de Empenho: 2011NE000143, de 21/01/2011. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 3339037. Pelo Contratante: Amaury de Matos Rodrigues, Secretário de Administração; e pela Contratada: Suzana Sobreira da Silva, sócia. Proc. MPF/PGR 1.00.000.008015/2008-26.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 17/2011

O Pregoeiro da Procuradoria Geral da República torna público para conhecimento dos interessados que o objeto do Pregão supra-referenciado foi adjudicado à empresa HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, pelo critério de menor preço global.

FRANCISCO DE JESUS S. ARAUJO

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº 1/2010

Convenientes: União, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 1ª Região e CENTRO SALESIANO DO MENOR - CESAM, CNPJ: 33.583.592/0048-34. Objeto: Reajuste do valor do convênio em razão do aumento do salário mínimo, passando de R\$ 9.030,00 para R\$ 9.113,61, mensais. Modalidade: Convênio nº 01/2010. Vigência: 07/04/2010 a 06/11/2011. Data da assinatura: 22/03/2011.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 8º Termo aditivo ao contrato nº 26/2008. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Contratada: VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 01.708.458/0001-62. Objeto: reduzir o número de copeiras de 10 (dez) para 9 (nove), de garçons de 10 (dez) para 9 (nove) e de ascensoristas de 2 (dois) para 1 (hum), passando a CONTRATANTE a pagar à contratada o valor mensal de R\$ 32.773,64. Data da assinatura: 21/03/2011. Assinam: Juliana Granja de Albuquerque, pela Contratante e José Raimundo Oliveira Silva, pela Contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: terceiro termo aditivo ao Contrato nº 32/2008. OBJETO: alterar as Cláusulas Sexta e Décima Primeira do contrato original. CONTRATANTE: Procuradoria Regional da República da 4ª Região. CONTRATADA: Gres Engenharia e Serviços Ltda. DATA E ASSINATURA: 22 de março de 2011. George Miguel Restle Maraschin, pela CONTRATANTE, e André Gelpi, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 9/2011

Cedente: Ministério Público da União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Goiás, CNPJ 26.989.715/0014-27. Cessionária: Caixa econômica Federal. CNPJ: 00.360.305/0001-04. Objeto: cessão pela Cedente de parte do imóvel, equivalente a 4m², para o fim exclusivo de instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAE) da Cessionária. Vigência: 5 (cinco) anos, com início em 01/03/2011 a 29/02/2016. Data da assinatura: 01/03/2011. Assinam: Djalma Leandro Júnior, Coordenador de Administração da Cedente, e Paulo Edson Fleury Carvalho de Oliveira, Gerente de Sustentação ao Negócio da Cessionária. Processo: 1.18.000.000268/2011-12.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2011

Contratantes: União Federal, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e a empresa LA ÁGUA COMÉRCIO DE ÁGUA E BEBIDAS LTDA. ME; Objeto: fornecimento de água mineral para a Procuradoria da República no Município de Campinas; Processos: 1.34.004.000009/2011-16 e 1.34.001.001087/2011-50; Licitação: dispensável de acordo com o artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93; Preço: R\$ 2.872,80 (dois mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) - valor global estimado; Vigência: de 21/02/2011 a 31/12/2011; Categoria Econômica: 33.90.30 - Subitem 07 - Gêneros de Alimentação; Empenho: 2011NE000305; Data e Assinaturas: 21/02/2011 - Vanessa de Oliveira Ferreira pela Contratante e Laércio Bento pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE SUSPENSÃO

ESPÉCIE: Suspensão do Contrato nº 02/2011. PROCESSO nº 1.24.000.001691/2010-5. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba. CONTRATADA: COMTÉRMICA COMERCIAL TÉRMICA LTDA. OBJETO: Suspender, a interesse da Administração Pública, a partir de 21 de março de 2011, o Contrato nº 02/2011, até sanadas as pendências, ficando o prazo restante a contar da data da reativação do referido contrato. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, atualizada. DATA DE ASSINATURA: 21.03.2011. ASSINA: Victor Carvalho Veggi, Procurador-Chefe da CONTRATANTE.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 1.12.000.000044/2011-24- CONTRATANTES: UNIÃO FEDERAL por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amapá - PR/AP e a empresa ELETROSERVICE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 07.303.010/000145. OBJETO: Reforma e ampliação da rede elétrica da Procuradoria da República no Estado do Amapá. ELEMENTO DESPESA: 33.90.39. PROG.TRAB. - PROJ./ATIVIDADE: 03.062.0581.4264.0001 VALOR: R\$ 14.468,39. FUNDAMENTO LEGAL: Art.24, inciso VIII, da Lei 8.666/93. AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO: DAMARIS ROSSI BAGGIO DE ALENCAR - PROCURADORA-CHEFE-PR/AP.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, e O MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS. OBJETO: Cessão da servidora IONI DONINI MEDEIROS COUTO, matrícula 8273-2, ocupante do cargo/emprego Agente de Tributos, para prestar serviços junto ao Ministério Público Federal, no cargo de Assessor Especial, Nível II, CC-2, no Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. VIGÊNCIA: De 04/01/2011 à 03/01/2012. DATA/ASSINATURA: 04/01/2011; Antônio Carlos Welter - Procurador Chefe da PR/RS e Adolfo Antônio Fetter Junior - Prefeito Municipal de Pelotas/RS.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
22ª REGIÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2011**

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de coteiragem. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 24/03/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Av. Miguel Rosa, 2862 Centro/Norte - TERESINA - PI. Entrega das Propostas: a partir de 24/03/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/04/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br

STENIO OLIVEIRA LEMOS
Pregoeiro

(SIDE - 23/03/2011) 200098-00001-2011NE000037

**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
DIRETORIA-GERAL**

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a Fundação Getúlio Vargas. Objeto: Estágio de Estudantes de nível Superior. Vigência: 23/03/2011 a 22/03/2014, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Marcelo José Carril Pinheiro, Diretor-Geral, pelo MPM e Christina de Paula Leite, pela FGV.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 020/DG/MPDFT/2009. Processo nº 08190.120902/08-13. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ELEVADORES OTIS LTDA.; CNPJ: 29.739.737/0009-60. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 2/3/2011 até 1º/3/2012. Signatários: MPDFT: Vetuval Martins Vasconcelos, Diretor-Geral, CONTRATA-DA: Fernando Antônio Sucupira do Carmo Pires, Procurador. Assinatura: 15/2/2011.

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 021/DG/MPDFT/2009. Processo nº 08190.120902/08-13. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ELEVADORES OTIS LTDA.; CNPJ: 29.739.737/0009-60. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 2/3/2011 até 1º/3/2012. Signatários: MPDFT: Vetuval Martins Vasconcelos, Diretor-Geral, CONTRATA-DA: Fernando Antônio Sucupira do Carmo Pires, Procurador. Assinatura: 15/2/2011.

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 022/DG/MPDFT/2009. Processo nº 08190.120902/08-13. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ELEVADORES OTIS LTDA.; CNPJ: 29.739.737/0009-60. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 2/3/2011 até 1º/3/2012. Signatários: MPDFT: Vetuval Martins Vasconcelos, Diretor-Geral, CONTRATA-DA: Fernando Antônio Sucupira do Carmo Pires, Procurador. Assinatura: 15/2/2011.

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/DG/MPDFT/2009. Processo nº 08190.120902/08-13. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ELEVADORES OTIS LTDA.; CNPJ: 29.739.737/0009-60. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 19/2/2011 até 18/2/2012. Signatários: MPDFT: Vetuval Martins Vasconcelos, Diretor-Geral, CONTRATA-DA: Fernando Antônio Sucupira do Carmo Pires, Procurador. Assinatura: 15/2/2011.

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2011**

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora: João Paulo Minas Soares Eletrônica Ltda., visto ter apresentado valor global de R\$5.298,00.

JOSEVAL RODRIGUES MOREIRA
Pregoeiro

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

a) Objeto: Curso de Transporte Marítimo de Petróleo, Derivados e Gases; b) TC-004.758/2011-0; c) Fundamento Legal: artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93; d) Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); e) Favorecido: IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - CNPJ 33.634.254/0001-10; f) Autorização: Adriano Cesar Ferreira Amorim, Diretor-Geral do ISC/TCU; g) Ratificação: Fernando Luiz Souza da Eira, Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.

**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
NO AMAZONAS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 16/3/2009 entre a União, por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), e o Estado do Amazonas, por intermédio do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM); b) Objeto: prorrogação do Acordo, mantendo-se as demais cláusulas e condições originalmente firmadas; c) Vigência: o prazo de vigência fica prorrogado por 24 (vinte e quatro) meses; d) Signatários: pelo TCU, Zenaide Fernandes da Silva, Secretária de Controle Externo do TCU no Estado do Amazonas; e, pelo TCE-AM, Érico Xavier Desterro e Silva, Conselheiro Presidente, em exercício.

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
NA PARAÍBA**

EDITAL Nº 290, DE 17 DE MARÇO DE 2011

TC 006.106/2008-2

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, III, da Lei nº 8.443/92, fica NOTIFICADA a empresa COBEZA CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 03.660.295/0001-10, solidariamente com o Sr. Achilles Leal Filho, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste (conforme Acórdão nº 1.161/2011, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 22/2/2011), recolher aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, Código de Recolhimento nº 13902-5, as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade o valor eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor (R\$)
01/09/2004	88.819,20
08/10/2004	29.606,40
27/10/2004	35.640,00
19/11/2004	24.834,99
09/12/2004	79.684,36
30/12/2004	74.854,64

Deverá ser recolhido, ainda, em igual prazo, aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, Código de Recolhimento nº 13901-7, a multa que lhe foi aplicada por esta Corte de Contas, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/92, da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

O responsável poderá emitir GRU e demonstrativo de débito por meio do Portal do TCU no endereço: www.tcu.gov.br, coluna Serviços - Emissão de GRU.

Caso não atendida a presente notificação no prazo ora fixado, a empresa terá o nome incluído no Cadastro Informativo de débitos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN) bem como será imediatamente executada judicialmente perante o competente Juízo da Justiça Federal, sendo o débito acrescido dos encargos legais, nos termos dos arts. 19, 23, III, alínea b, 24 e 28, II, da Lei nº 8.443/92 e art. 219, II e III, do Regimento Interno do TCU.

RONALDO SALDANHA HONORATO
Secretário

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
EM PERNAMBUCO**

EDITAL Nº 232, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

TC nº 000.687/2000-5

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, fica COMUNICADA a Sra. MARIA DO SOCORRO CERQUEIRA MELO, CPF nº 184.763.505-97, de que o Plenário deste Tribunal, na Sessão de 10/11/2010, ao apreciar o processo de Tomada de Contas Especial da CHESF, decidiu (Acórdão 3013/2010) conhecer dos Embargos de Declaração opostos, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterado os termos do Acórdão nº 1440/2010-TCU Plenário.

FABIANO DE OLIVEIRA LUNA
Secretário

EDITAL Nº 238, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

TC 015.659/2007-4

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, fica COMUNICADO ao Sr. HERNANDO DE BARROS SIQUEIRA, CPF 005.248.594-34, que a 1ª Câmara deste Tribunal, na Sessão de 26/10/2010 (Acórdão nº 6787/2010, Ata 37/2010), decidiu, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I, 137, II, 143, I, alínea 'a', 208 e 214, II, do Regimento Interno/TCU, julgar suas contas regulares com ressalva e dar-lhe quitação.

FABIANO DE OLIVEIRA LUNA
Secretário

EDITAL Nº 260, DE 1º DE MARÇO DE 2011

TC nº 020.443/2003-1

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, fica NOTIFICADA a Sra. MARIA APARECIDA DA SILVA, CPF nº 782.846.274-34, que este Tribunal em Sessão do Plenário de 1/12/2010, ao apreciar o referido processo, que trata de Tomada de Contas Especial do Município de Sanharó-PE, decidiu, conforme Acórdão nº 3250/2010, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "d", e § 2º, alíneas "a" e "b", 19, caput, e 23, III, da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as referidas contas, condenando-a, solidariamente com Valdemir Aquino de Freitas, Milton Calado Batista, Cláudio Ferreira dos Santos, Juliana Núbia do Nascimento Silva e a empresa Comercial de Estivas Asa Branca Ltda., a ressarcir as quantias abaixo indicadas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Histórico (R\$)	Data de Ocorrência
2.497,50	8/1/2002
2.497,50	7/2/2002
2.497,50	6/3/2002
2.497,50	4/4/2002
2.497,50	7/5/2002
2.497,50	6/6/2002

Resolveu, ainda, este Tribunal, com fundamento no art. 57, da Lei nº 8.443/92, aplicar-lhe multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujo recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código nº 13.901-7, deverá ser comprovado a este Tribunal em igual prazo. Informo que, caso não atendida a presente notificação, no prazo ora fixado, Vossa Senhoria terá o nome incluído no Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, bem como será, imediatamente, executada judicialmente, perante o competente Juízo da Justiça Federal, na forma do art. 19, 23 (inciso III, alínea b), 24 e 28 (inciso II) da Lei nº 8.443/92 e art. 219, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU.

FABIANO DE OLIVEIRA LUNA
Secretário

EDITAL Nº 234, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

TC nº 015.092/2009-2

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, fica NOTIFICADA a Sra. MARIA BENIGNA DE OLIVEIRA, CPF nº 418.827.924-91, que este Tribunal, em Sessão da Segunda Câmara de 23/11/2010, ao apreciar o processo de Tomada de Contas Especial, decidiu, conforme Acórdão nº 7030/2010, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "a", 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as referidas contas, condenando-a solidariamente com a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LAGOA DE FORA/PE, a ressarcir a quantia abaixo indicada, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste instrumento legal, para que comprove perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13.902-5 (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da respectiva data, até a data do efetivo recolhimento, na forma de legislação em vigor:

Valor Histórico	Data da Ocorrência
R\$ 50.000,00	9/2/2007